

IMORTALIDADE E HISTÓRIA

Immortality and History

Newton Bignotto

UFMG

Resumo. O texto trata do problema da imortalidade e de sua relação com o conceito de história por meio da análise conjunta de capítulos de *A Condição Humana* e de trechos dos Cadernos Filosóficos de Hannah Arendt.

Palavras-chave. Imortalidade, esfera pública, esfera privada, consciência histórica.

Abstract. The text deals with the problem of immortality and its relation to the concept of history through the joint analysis of chapters of *The Human Condition* and excerpts from Hannah Arendt's *Philosophical Diaries*.

Key-words. Immortality, public sphere, private sphere, historical consciousness.

O tema da imortalidade se incorporou de tal maneira à leitura de *A Condição Humana* que mal nos damos conta da originalidade e radicalidade do tratamento que Arendt reservou a ele. Apresentado logo na primeira parte do livro, a questão retorna algumas vezes no curso dos capítulos sem que a definição oferecida inicialmente seja alterada. “*Imortalidade -diz a autora- significa duração no tempo, ausência de morte nesta terra e neste mundo, tal como foi dada, de acordo com o entendimento grego, à natureza e aos deuses do Olimpo*”.¹ A intenção inicial da definição é oferecer o quadro teórico da oposição entre o que é especificamente humano, a mortalidade, e o que dura para sempre, a natureza e os deuses. Essa contraposição, no entanto, não oferece dificuldade de compreensão dentro do mundo grego, uma vez que a percepção segundo a qual evoluímos numa linha em direção à morte, enquanto as

¹ Hannah Arendt. *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago press, 1998, p. 18.

coisas naturais têm sua existência circunscrita por movimentos circulares, faz parte do universo mental grego e organiza a vida no espaço sublunar.² Fazendo da mortalidade “o emblema da existência humana”, Arendt apenas nos lembra como os antigos concebiam a vida na terra e a relacionavam com o tempo.

A lembrança desse quadro referencial, no entanto, não era o propósito de nossa autora. Se olharmos para o primeiro capítulo do livro, veremos que nele são expostos alguns dos temas mais importantes de sua obra: a tríade trabalho – obra – ação, o tema da natalidade e o elogio da condição da pluralidade. À luz dessa lembrança, podemos esperar que a questão da imortalidade ocupe um lugar especial na démarche arendtiana, como, aliás, ela parece indicar na continuação do capítulo. Com efeito, a definição inicial serve para caracterizar a condição de mortalidade do homem como um dos eixos centrais da filosofia política de nossa autora. Olhada por esse prisma, a questão ganha ares de mistério para o leitor contemporâneo. Afinal qual interesse pode ter para nós hoje lembrar o pensamento grego e suas peculiaridades? Muito já foi dito sobre a apropriação arendtiana da antiguidade clássica. Suas leituras geraram um grande debate que vai da acusação feita a ela de ser nostálgica do passado, até a ideia de que seu pensamento seria comandado por um conjunto de valores inapropriados para nossos dias.

Esse debate não nos interessa aqui. Vamos nos limitar a seguir a argumentação do texto tentando compreender como a tomada de posição inicial de Arendt sobre o tema da imortalidade impacta suas reflexões posteriores, em particular no que tange ao problema do tempo e da história. A contraposição entre imortalidade e eternidade é a porta de entrada para nossa análise, mas ela encerra uma surpresa para os que se preocupam com o tema do tempo. Imortalidade e eternidade são conceitos relacionados com o tempo e suas formas, mas não definem uma concepção do que seja a história e muito menos a política. A Imortalidade é, segundo Arendt, “*o modo de vida do cidadão*” enquanto “*a experiência do eterno é uma espécie de morte*”.³ Fica claro, portanto, que ao introduzir essa contraposição logo no início de seu percurso, Arendt visava fazer a crítica da filosofia política que, segundo ela, sofreu um desvio

² Idem, p. 19.

³ Idem, p. 20.

decisivo com Platão, abandonando o terreno da *polis* para se concentrar no reino da *teoria*. A verdadeira oposição teórica é, portanto, aquela entre uma concepção metafísica da existência, que reduz a importância do viver juntos, mas se mantém próximas das experiências humanas, e a contemplação, que define a verdadeira vida filosófica. *“A teoria, ou contemplação é o nome dado à experiência do eterno, distinto de todas as outras atitudes que, no máximo, podem ter a ver com a imortalidade”*.⁴

Arendt se serve inicialmente da diferença entre imortalidade e eternidade para mostrar como a filosofia se afastou da cidade desde Platão e se entronizou num território inacessível à maioria dos seres humanos, que não conseguem se erguer às alturas da contemplação. A crítica que nossa autora faz aos caminhos que foram seguidos pelos filósofos serve de ponto de partida para sua crítica da incapacidade que uma parte significativa da tradição filosófica encontrou para pensar os domínios da vida em comum. Essa interpretação das ideias de nossa autora é totalmente plausível e encontra larga apoio em muitos de seus textos. De maneira geral, ela tem sido o caminho seguido por um bom número de intérpretes.

Sem contradizer essa via de análise parece-nos possível estudar duas questões paralelas às críticas que Arendt endereça à tradição do pensamento político e que complementam suas observações sobre a passagem do paradigma da imortalidade para aquele da eternidade que, segundo ela, retirou a filosofia da cidade e a enclausurou nos domínios da pura contemplação. A primeira questão é a da relação entre o problema do tempo e a vida política. A segunda questão é a do impacto que o recurso à tópica da imortalidade tem na concepção da história e a maneira como isso afeta a compreensão da política. Em ambos os casos, para não nos perdermos em uma análise muito ampla, vamos manter o eixo de nossas reflexões em torno do tema da imortalidade.

Na sequência do texto, a questão da imortalidade reaparece em vários momentos. Depois de defini-la como uma busca pela duração, Arendt a conecta diretamente com a arena pública. Essa esfera garante aos homens a possibilidade de ultrapassar a futilidade que, segundo nossa autora, é a marca da vida privada.⁵

⁴ Idem, p. 20-21.

⁵ Idem, p. 56.

Tomando o tempo como referência, podemos dizer que a vida dos indivíduos transcorre numa espécie de presente sem profundidade. Embora saibamos todos que vamos morrer, a simples consciência desse fato não nos ajuda em nada na preservação do que foi vivido e nem interessa aos outros seres que, como nós, estão condenados ao desaparecimento total de seus corpos e de suas ações. Arendt mostra que a busca pela eternidade também é uma forma de morte, pois dissolve os feitos realizados no presente. Mas nesse caso, o desaparecimento da memória dos acontecimentos não é visto como algo importante uma vez que somente o que nos transcende de maneira absoluta é relevante. Dizendo de outra maneira, a guinada em direção ao eterno transforma os atos humanos perpetrados na presença dos outros – a vida ativa – em algo desprezível na medida em que nenhum deles pode sequer se aproximar da verdade. A filosofia, escapando do mundo da opinião e da cidade, mira o eterno, se realiza enquanto contemplação, esvaziando toda a esfera pública.

O primeiro sentido do texto é, portanto, o de mostrar como se deu a separação entre a filosofia e a cidade, que se consolidou na oposição entre a vida ativa e a contemplação. Como sabemos essa é uma marca da filosofia de Arendt, pois, é a partir dela que se estabeleceu sua crítica à tradição da reflexão filosófica, que ao longo dos séculos se tornou incapaz de compreender a natureza e a importância da ação levada a cabo na *polis*. A modernidade, aos olhos de nossa autora seria marcada “*pelo desaparecimento da esfera pública*” que acarretou “*a perda de uma autêntica preocupação com a imortalidade*”, ou ainda pior “*com a atual identificação da busca da imortalidade com o vício privado da vaidade*”.⁶ Refluir a preocupação com a duração dos atos humanos para a esfera privada significa a destruição da possibilidade mesma de existência de um mundo em comum. Pois, como afirma Arendt: “*Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis*”.⁷

A busca pela imortalidade, que nada tem a ver com o desejo individual de perpetuação dos corpos por meio de técnicas de supressão da morte, que vemos pulular hoje na imprensa, é o sinal da existência do que podemos verdadeiramente

⁶ Idem, p. 55.

⁷ Idem, p. 55.

chamar de esfera pública, única na qual a política emerge. A vida ativa se identifica com a busca pela imortalidade não por serem a mesma coisa, mas pelo fato de que sem ambas a vida política simplesmente não existe. Numa outra chave, podemos dizer que a busca pela imortalidade é a maneira como a *polis* supera a fragilidade inerente a toda ação e a faz escapar da irrelevância de tudo que cerca a vida dos homens quando separados uns dos outros. Quando agimos, sempre o fazemos no tempo presente e num determinado espaço. Para as coisas naturalmente imortais, a transformação tem pouco significado, uma vez que, presas a uma estrutura circular de desenvolvimento, não podem de fato serem apartadas de sua essência. No terreno da cidade, as coisas transcorrem de outra maneira. Comparadas à duração das coisas naturais, as ações mostram toda sua fragilidade e, ao mesmo tempo, sua força. A fragilidade da ação deriva do fato de que por ela mesma não pode nem superar a contingência que a cerca e nem encontrar seu fim, pois como afirma Arendt: “A razão pela qual jamais podemos prever com segurança o resultado e o fim de qualquer ação é simplesmente que a ação não tem fim”.⁸ A força das ações humanas está no fato de que elas alteram efetivamente o mundo à nossa volta. Vivemos juntos em cidades que não nos foram dadas pela natureza e não existem enquanto ordem política se não formos capazes de erigi-las com nossas próprias mãos. No mesmo tempo, no entanto, em que transformamos o mundo à nossa volta, nós o perdemos, pois, como seres mortais não temos direito a repetir para sempre nossas criações. Nossa natureza biológica pode se manter, mas não o fruto de nossas ações. Para escapar dessa verdadeira prisão do instante, é preciso inscrever nossos atos na duração e é a isso que chamamos de busca pela imortalidade. Fazer durar a memória de nossas ações é tentar fugir à condenação da futilidade que nos cerca em nossa existência privada. A busca pela eternidade, num certo sentido, significa a tentativa de se colocar fora da ordem do tempo, seja ele da natureza, ou o do simples escorrer dos instantes. A busca pela imortalidade implica na aceitação do risco da futilidade que nos cerca e no movimento de inclusão de nossos atos numa dimensão da duração que faz existir a política.

Aceito o princípio de que uma vida política plena só pode existir se for capaz de inscrever as ações humanas na ordem temporal linear, que chamamos de

⁸ Idem, p. 233.

imortalidade, resta o problema da concretização desse movimento. Se a ação, como mostra Arendt, “*não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui*”⁹ ela depende da palavra, de sua preservação enquanto memória, para se tornar efetiva. A palavra, o discurso, a memória são termos que nos mostram que o tempo da cidade é o tempo da história. Essa frase, aparentemente banal, se torna complexa na medida em que realizamos que a maneira como a modernidade e a contemporaneidade tratou o problema da história nada tem a ver com o que Arendt procura mostrar ao investigar o processo de enraizamento das ações para além dos instantes sucessivos que compõem o lastro de nosso cotidiano.

Para investigar a maneira como a ideia de imortalidade influencia a compreensão arendtiana do problema da história, vamos lançar mão de uma fonte textual que foi até hoje pouco explorada pelos intérpretes. Trata-se do *Diário Filosófico* de nossa autora.¹⁰ Publicado pela primeira vez em 2002, esse importante documento tem sido cada vez mais usado para esclarecer pontos fortes de seu pensamento. Composto por um conjunto de cadernos nos quais nossa autora consignava suas ideias e intuições filosóficas entre 1950 e 1973, os *Diários* não devem ser lidos, como uma redação provisória dos grandes textos arendtianos. Seu interesse está no fato de constituírem uma outra camada de seu pensamento, um território do que poderíamos chamar de sua intimidade filosófica, que nos ajuda a compreender seus caminhos de elaboração conceitual, mas também suas dúvidas e hesitações. Nesse sentido, são o terreno de uma experimentação que aponta para a riqueza de um percurso marcado por uma erudição ampla e por uma rica inquietação filosófica.

Antes de recorrermos às anotações de Arendt, cabe lembrar que o eixo de nossas investigações permanece inalterado: o lugar do tempo e suas figurações na vida na cidade. Com isso estamos dizendo que não temos a pretensão de explorar algo que seria uma filosofia da história de nossa autora. Esse seria um outro problema e efetivamente não acreditamos que haja algo como uma filosofia da história tal como esse termo era compreendido no começo do século XX e em todo o século anterior, na

⁹ Idem, p. 198.

¹⁰ Hannah Arendt. *Diário Filosófico*. Barcelona: Herder, 2006, 2 vol.

filosofia arendtiana. Isso não quer dizer, no entanto, que Arendt tenha deixado de lado o problema da história e o debate com os pensadores que a precederam e tentaram compreender a marcha dos acontecimentos humanos por meio da elaboração de uma teoria sobre a marcha da história universal, como foi o caso de Hegel e Marx, com os quais ela sempre dialogou. A leitura de seus cadernos mostra que, nos anos que precederam à elaboração de *A Condição humana*, ela estava imersa no estudo dos gregos e interessada em deixar para trás algumas referências importantes de sua formação filosófica na Alemanha.

Nosso estudo se concentra em alguns pontos dos cadernos escritos entre 1953 e 1954. Nossa abordagem não tem nem de longe a pretensão de cobrir o amplo espectro dos interesses de Arendt naqueles anos. Limitamo-nos a indicar alguns textos que ampliam a compreensão do problema que estamos tratando. Nossa primeira referência é uma anotação de agosto de 1953. Nela Arendt conclui um conjunto de observações voltadas para a filosofia grega e as possibilidades que ela abre para a compreensão de conceitos fundamentais da reflexão política. Nesse momento, Arendt observa que devemos aos gregos desde Heródoto o aparecimento de uma “história universal”, que ainda não tem o significado que mais tarde esse termo terá, mas que comporta um relato “*das ações de todos os povos dominadores*”.¹¹ Em *A Condição Humana*, a pensadora vai falar da cidade como do lugar que não apenas protege a todos contra a futilidade da ação e do discurso, mas que multiplica para cada um de seus membros “*as possibilidades de distinguir-se, de mostrar em atos e palavras sua identidade singular e distinta*”.¹² É nesse espaço entre a busca pela distinção, que a própria Arendt assinala como um movimento com caráter individualístico, e a necessidade de preservação da memória dos atos que se infiltra o tema da imortalidade. Naquele ano de 1953, no entanto, a preocupação de nossa autora é com o traçado das fronteiras entre o público e o privado, que na lógica da filosofia de Platão e Aristóteles não tem nem de longe a mesma importância da separação entre a esfera da opinião e a da verdade.

¹¹ Idem, Caderno XVII, [29], p. 406.

¹² Hannah Arendt. *The Human Condition*, p. 197.

Quase um ano depois em março de 1954, Arendt vai retornar à questão da história, mas dessa vez enunciando claramente o vínculo que ela guarda com o tema da imortalidade. Nos anos anteriores a busca pela compreensão da natureza da cidade, havia conduzido nossa autora a buscar compreender a natureza da *polis* grega e qual ideia de política podia-se deduzir de suas qualidades. Nesse momento de suas investigações tudo se passa como se ela devesse enfrentar os dilemas postos por seu tempo para se pensar a política. A leitura de suas obras posteriores nos mostra sua desilusão com o que os modernos chamam de política e a falência completa de modelos que expulsaram a preocupação com a ação e com a contingência que lhe é própria para longe do dia-a-dia dos habitantes da cidade. Sabedora de que a revolução teórica que prepara terá fortes obstáculos pela frente, Arendt se prepara para a batalha encarando os adversários que ela conhecera na juventude.

Em primeiro lugar, ela afirma que *“a consciência histórica moderna é a consequência mais essencial e imediata (a que tem menos mediação) da separação entre a religião e a política. Consiste em que a humanidade ela mesma se coloca em uma imortalidade virtual na terra”*.¹³ Surge o tema da imortalidade deslocado pela primeira vez de seu contexto grego. Arendt sabe que para se pensar a política é preciso dar conta de algumas das teorias mais influentes de seu tempo e que forjavam o olhar contemporâneo sobre a vida em comum dos homens. Ora, o hegelianismo e o marxismo, com as ideias que difundiram sobre a essência da história, eram de tal maneira dominantes em alguns círculos intelectuais, que não podiam simplesmente ser deixados de lado no momento em que nossa pensadora se dedicava a explorar o terreno sobre o qual ergueria mais tarde uma de suas obras mais importantes.

No movimento de preparação de um novo pensamento político, Arendt não podia simplesmente se dedicar a criticar o passado e a propor novos conceitos. O embate entre a filosofia e a cidade era um dos aspectos de um combate que se desenrolava em várias frentes. A crítica a Platão e os filósofos que o seguiram, tinha pontos em comum com as críticas a Hegel, por exemplo, mas nem de longe podia ser travado no mesmo terreno. Por isso, as anotações de Arendt são um construto

¹³ Hannah Arendt. Diário Filosófico. Caderno XX, [2], p. 463.

investigativo tão rico e nos ajudam a compreender que qualquer tentativa de resumir seu pensamento a conceitos estanques está condenada ao fracasso.

A contraposição entre imortalidade e eternidade, que como vimos estrutura a primeira parte de *A Condição Humana*, está longe de ser a única possibilidade de se abordar o tema do obscurecimento e posterior esquecimento da tradição política grega. Olhando a questão do ponto de vista das filosofias da história, Arendt observa que nelas “fazer política é fazer a História”.¹⁴ Para os gregos, ao contrário “a política era o meio da história”.¹⁵ Há, portanto, uma via moderna de desqualificação da política que não é mais aquela da contraposição entre vida ativa e vida contemplativa, (ainda que essa posição continue a valer para algumas filosofias), mas a da subordinação da política à história. Os gregos agiam na cidade e buscavam preservar a memória de seus atos para escapar da irrelevância da vida privada e do esquecimento ao qual estão condenados os seres mortais, que evoluem num tempo linear que nada preserva depois da morte senão os feitos lembrados pelos que ficaram. A história é memória e consolidação do que foi numa ordem temporal que apaga o que nela surge.

O tema da imortalidade aparece nos diários com uma frequência muito maior do que nas obras posteriores, demonstrando a importância que teve para Arendt muito além do debate que ela travou com a tradição de esquecimento da política. Na sequência de suas anotações, Arendt formula em nova chave a separação entre imortalidade e eternidade: “A diferença essencial -diz ela- entre a aspiração antiga à imortalidade e o desejo cristão de sobrevivência individual depois da morte é a seguinte: em um caso, na Antiguidade, o homem se transcende a si mesmo, transcende seu próprio ser vivo em direção ao interior do mundo; no outro caso o homem transcende o mundo retendo a própria vida”.¹⁶ Vemos assim, que ao recorrer à análise do tema que nos interessa, Arendt realiza a passagem de suas críticas à filosofia da história e se aproxima da maneira como mais tarde irá formular seu próprio pensamento. Esse movimento demonstra que a decisão de partir da Grécia para realizar a crítica da modernidade não tinha nada de aleatório e muito menos era sinal de alguma forma de nostalgia.

¹⁴ Idem. Caderno XX, [6], p. 466.

¹⁵ Idem, caderno XX, [6], p. 466.

¹⁶ Idem, Caderno XX, [6], p. 467.

Depois de Hegel e das diversas correntes das filosofias da história, era essencial para Arendt percorrer o caminho que leva à Antiguidade e sua maneira de formular a questão da política sem buscar atalhos que acabariam por tornar seu pensamento ineficaz para pensar a realidade de seu tempo. Lendo suas anotações dos anos 50 do século passado, chegamos à conclusão de que o conceito de imortalidade foi um operador teórico muito mais importante do que podemos depreender de seu uso em *A Condição Humana*. Ele não apenas mostra como se deu o desaparecimento da concepção grega da política, mas também como a modernidade pode, por meio de uma ideia nova de história, recusar ao mesmo tempo a ideia de imortalidade e aquela de eternidade. A falência dos vínculos entre religião e política longe de reabilitar a política a segregou novamente diante de uma nova forma de transcendência.

A continuação da leitura dos cadernos nos anos que precederam à publicação de *A Condição Humana* revela o rico território dentro do qual evoluía o pensamento arendtiano. No ano que antecedeu a publicação de *A Condição Humana*, Arendt dedicou grande parte de suas observações nos *Diários à Kant* e continuou a dialogar com os gregos, mas também com os poetas da Antiguidade e com alguns de seus contemporâneos. Nesse rico conjunto de referências, a questão da imortalidade continua a ocupar um lugar importante. Como vimos, ele nos ajuda a compreender como perdemos a referência à vida na cidade, quando passamos a sonhar com a eternidade, o que tornou a política irrelevante. Com a modernidade o problema do tempo passou a ser visto como aquele da história. A referência à transcendência e à eternidade pouco a pouco vai dando lugar a uma concepção do tempo como história que, ao indicar um *telos* para o desenvolvimento de nossa humanidade, mais uma vez diminui a importância da ação e o reconhecimento ao mesmo tempo de sua fragilidade e de lugar no qual se forja nossa humanidade de seres capazes de viver livres e integrados em um mesmo corpo político. O conceito de mundo, que Arendt havia recolhido da fenomenologia, passa a ter um significado político, que não aparece nos mestres das primeiras décadas do século XX. Ele não é somente o terreno de nossa vida biológica, do qual não podemos escapar, mas o único lugar no qual nossas ações podem ter algum significado, ou, nos termos de nossa investigação aspira à imortalidade. Pois, como sintetiza a pensadora: “*Só podemos ser conhecidos quando*

*imersos no mundo. O nome só adere a nós nesse local. O puro interior não tem nome algum, ali só há o eu e o tu, que são intercambiáveis. O desejo de sobrevivência do nome é o desejo de permanecer no mundo, com total independência da vida".*¹⁷

Aspirar à imortalidade é aspirar à liberdade e à política e, por isso, é um tema central no pensamento de nossa autora como ela mesma nos disse ao expô-lo logo no começo da obra que revolucionou o pensamento político contemporâneo.

Doutor em Filosofia (Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales)
Professor de Filosofia (UFMG)
E-mail: nbignotto@uol.com.br

¹⁷ Idem, Caderno XXI [55], p. 524.